ESTADO DE MINAS

Publicado em 20/05/2022 - 05:55

Mineração ameaça pico que levao nome de BH

PROJETO POLÊMICO

Estudo de geólogos apresentado à Justiça aponta risco de cava prevista em complexo levar ao desmoronamento do ponto, como ocorreu com o Morro do Patrimônio, em 1992

Mineração pode derrubar o Pico BH, avalia a prefeitura

GUILHERME PEIXOTO E ROGER DIAS

A mineração na Serra do Curral pode levar ao desmoronamento do Pico Belo Horizonte. Estudo feito por geólogos da Secretaria de Meio Ambiente da capital mineira aponta riscos geológicos ao monumento, símbolo de BH e presente na bandeira municipal. O pico está a apenas 150 metros de uma das cavas do empreendimento que a Taquaril Mineração S.A (Tamisa) pretende instalar na face nova-limense da montanha.

As conclusões da pasta de Meio Ambiente foram anexadas a um documento da Procuradoria-Geral do Município (PGM), apresentado ontem à Justiça Federal. O pedido é pela concessão de liminar para suspender a licença dada pelo governo estadual ao empreendimento minerário na Serra do Curral.

"Se Belo Horizonte for forçada a mudar a sua bandeira pelo deslizamento do Pico Belo Horizonte, o fato não poderá ser considerado um acidente, como se tentou imputar a Mariana e Brumadinho (onde barragens de rejeitos de minério se romperam, respectivamente, em 2015 e 2019), pois o desastre no Pico Belo Horizonte é previsível e anunciado pela falta de estudos geológicos idôneos feitos pela Tamisa atestando a estabilidade geotécnica em decorrência da exploração minerária e pelo histórico de deslizamento na região", lê-se em manifestação assinada por Caio Perona, subprocurador-geral de Belo Horizonte.

O "histórico de deslizamento" citado pela Prefeitura de Belo Horizonte faz referência ao caso do Morro do Patrimônio, próximo à mina de Águas Claras, hoje já desativada. Em 1992, um talude se rompeu na área, considerada patrimônio da capital. A ruptura causou a destruição de um dos marcos que norteavam o tombamento da Serra do Curral.

O Morro do Patrimônio é um espaço visto como de "perfil semelhante" ao existente no Pico Belo Horizonte. Para corrigir o deslizamento do talude, foram gastos cerca de R$ 240 milhões, em uma ação que contou, inclusive, com 200 alpinistas industriais.

"Não está garantida a estabilidade geotécnica do Pico Belo Horizonte e, também, não é possível afirmar que a implantação da mineração não vai causar impactos à paisagem do município", aponta uma das conclusões do estudo feito por geólogos de carreira da prefeitura.

No sábado, a Tamisa pediu ao Judiciário que a Prefeitura de Belo Horizonte seja excluída do debate sobre a mineração na Serra do Curral. A companhia alegou que o município não tem "competência de opinar". A empresa ainda apontou que o empreendimento está "restrito ao município de Nova Lima", ao qual caberia a liberação de uma declaração afirmando que a atividade pretendida está em conformidade com a legislação municipal de uso e ocupação do solo.

A versão, no entanto, foi contestada pela PGM – de acordo com a capital, a mineradora não apresentou pareceres sobre os impactos da mineração ao pico. Além da possibilidade de desmoronamento do Pico Belo Horizonte, a PBH apontou risco à segurança hídrica da capital, considerando que o empreendimento interfere na Adutora do Taquaril, responsável pelo transporte de 70% da água tratada consumida pela população de Belo Horizonte.

O município também apontou risco à população pela queda da qualidade do ar, tendo em vista a poeira da exploração minerária; aumento de ruídos em área residencial e próxima ao Hospital da Baleia, e a violação ao sossego, diante das vibrações decorrentes da exploração.

"Eventual deslizamento do talude (do Pico BH) não afetará apenas o lado de Nova Lima da Serra do Curral, mas inexoravelmente atingirá também a porção de Belo Horizonte, o que reforça a indispensabilidade de anuência de Belo Horizonte ao empreendimento", diz o documento.

"DISTÂNCIA IRRISÓRIA" Em 12 de maio, os geólogos João Vicente Mariano, Adria Scarpelli, Sônia Knauer e Taynara d'Angelo foram à Serra do Curral a fim de examinar possíveis impactos da mineração ao Pico Belo Horizonte, que tem mais de 1,3 mil metros de altitude. No relatório que trata dos riscos de deslizamento, os profissionais demonstraram temor.

"É preocupante a localização da cava Oeste, a ser implantada no sopé (encosta) do Pico Belo Horizonte, patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A distância linear entre o pico e a estrutura de mineração a ser implantada é irrisória e, a poucos metros da área, verifica-se cava desativada da Mina Águas Claras, onde movimentos de massa comprometeram o Marco Topográfico IV do tombamento (da Serra)", afirma o parecer dos geógrafos.

"A grande proximidade entre a cava Oeste e o Pico Belo Horizonte é motivo de preocupação, visto que a exploração da área em questão pode resultar em destruição do marco topográfico tombado, como ocorrido com o citado Marco IV, quando do rompimento da encosta denominada Morro do Patrimônio, ou seu comprometimento, com as medidas de recomposição de elevada complexidade e custo, conforme demonstrado pelas intervenções conduzidas pela empresa Vale S/A na mina de Águas Claras nas obras de estabilização das encostas da Serra do Curral", acrescenta o estudo.

Os profissionais receiam, também, efeitos da vibração causada pelo uso de explosivos durante as escavações do solo. As explosões podem fraturar a estrutura do Pico Belo Horizonte, segundo os geólogos.

"O uso de explosivos na remoção do minério é fonte de energia (ondas) que, em sua propagação, poderá promover deslocamentos/vibrações ao longo das descontinuidades, podendo resultar em movimentos de massa que venha a comprometer a integridade do já referido marco topográfico", apontam.

PARECER DESATUALIZADO No domingo, a Procuradoria de BH já havia ido à Justiça apontar que a Tamisa usou parecer desatualizado da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) a respeito dos impactos hídricos do empreendimento.

A capital mineira considera que os estudos apresentados são de 2018, posteriores a alterações em praticamente todo o projeto da Tamisa e anteriores à crise hídrica pós-rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão (2019), em Brumadinho, e suspensão da captação da Copasa no Rio Paraopeba, para a Grande BH.

Segundo manifestação da própria empresa de água e esgoto, a Tamisa recebeu, em 2018, um parecer favorável ao projeto apresentado, desde que diversas condicionantes fossem adotadas para garantir a segurança do fornecimento de água para a Grande BH a partir do Rio das Velhas.

A autorização do governo mineiro aos pleitos da Tamisa veio em 30 de abril deste ano, durante reunião do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). O aval ocorreu durante a madrugada, em meio a uma conferência que já durava cerca de 18 horas.

GOVERNO NA DEFESA Em que pesem os questionamentos, o Palácio Tiradentes tem defendido a licença concedida à Tamisa e os meandros do processo de análise do empreendimento."O processo de licenciamento segue todos os ritos técnicos. Todas as normas e os limites técnicos estabelecidos na lei foram seguidos. Nós temos muita segurança técnica do processo e da forma como foi analisado", disse Marília Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente, no início deste mês, à TV Globo.

Além da Prefeitura de Belo Horizonte, ambientalistas, artistas, escolas, universidades e a Arquidiocese de BH já se manifestaram contra a devastação que a mineração da Tamisa vai provocar na serra, que é símbolo da capital mineira.

MATEUS FERREIRAS/EM/D.A PRESS – 6/5/22

Vista para área já explorada por outro empreendimento minerário a partir do Pico Belo Horizonte, localizado a apenas 150m do local onde a Tamisa pretende abrir uma de suas cavas

Comissão da AL recomenda suspensão de licença da Tamisa

ANA MENDONÇA

Tombamento imediato da Serra do Curral, anulação das licenças concedidas à Taquaril Mineração S/A (Tamisa) para implantar complexo no maciço e aprovação da PEC que tramita no Legislativo mineiro também com o objetivo de tombar o cartão-postal em nível estadual. As medidas foram recomendadas a órgãos do governo do estado e ao Parlamento em documento aprovado ontem pela Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), depois de visita técnica feita no dia 9 à área em que a Tamisa pretende minerar, em Nova Lima.

Aprovado ontem na Assembleia, o relatório da visita destacou que o projeto de mineração está integralmente abrangido pelo perímetro proposto para o tombamento, inserido na Área de Proteção Sul (APA Sul) da Região Metropolitana de Belo Horizonte e nas zonas de amortecimento dos parques estaduais da Baleia e da Serra do Rola-Moça, em áreas verdes municipais da capital, de Nova Lima e de Sabará, além de toda a região integrar a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. O texto aponta ainda possíveis consequências do complexo minerário para o abastecimento da população belo-horizontina. Agora, a comissão prevê uma nova visita, no dia 27, para verificar a situação da Serra do Curral, especificamente o Pico Belo Horizonte, tendo em vista o processo de tombamento em nível estadual de todo o seu conjunto, em tramitação no Iepha.

O projeto da Tamisa prevê a instalação do Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST) em uma área equivalente a 1.200 campos de futebol, na região da Fazenda Ana Cruz, em Nova Lima, próxima ao Pico Belo Horizonte. O processo de exploração tem duas etapas: na primeira, espera-se extrair 31 milhões de toneladas de minério ao longo de 13 anos; a segunda consiste na lavra de 3 milhões de toneladas de itabirito friável rico, com dois anos de implantação e nove de operação.

EDÉSIO FERREIRA/EM/D.A PRESS – 9/5/22

Local onde a Tamisa pretende se instalar tem sido visitado por críticos ao empreendimento

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Pagina:** 11

Copyright © Clipclap 2025.